

*revista de comunicação,
jornalismo e espaço público*

2

mediapolis

Periodicidade
Semestral

Imprensa da Universidade de Coimbra
Coimbra University Press

tema
os desafios dos *media*
de serviço público



Recensão Crítica

Lopes, F. (2015). *Jornalista Profissão Ameaçada*. Lisboa: Alêtheia Editores.

http://dx.doi.org/10.14195/2183-6019_2_15

Crise, ameaça, pressão, risco sempre foram palavras de ordem do Jornalismo, desde que se afirmou como profissão autónoma, há mais de um século. Em contextos diferentes, por motivos diversos e com origens distintas, sempre esta profissão constituiu um barómetro fiel do estado das sociedades em que é exercida. Em parte devido à sua grande exposição pública, mas também por ser uma atividade de mediação que cobre um largo espectro da fenomenologia social, o Jornalismo tem sido um dos campos profissionais mais sensíveis às mudanças políticas, às alterações paradigmáticas do tecido social e às revoluções tecnológicas. Assim foi quando da sua afirmação como profissão autónoma, na transição do século XIX para o século XX; assim foi nos períodos das grandes guerras, sob as ditaduras fascistas ou fascizantes ou em contextos revolucionários; assim é em pleno século XXI, com as particularidades inerentes ao seu tempo.

As ameaças a esta profissão são o tema do mais recente título de Felisbela Lopes *Jornalista profissão ameaçada*, saído no final de 2015, com chancela da Alêtheia. Contudo,

deixando de lado o lastro histórico desta “ameaça”, o que a autora nos propõe é uma descrição temporalmente balizada daqueles que considera serem os grandes desafios profissionais da atualidade. Trata-se de um diagnóstico da atividade profissional, inspirado num conjunto de cem entrevistas realizadas a jornalistas de diversos órgãos de comunicação social portugueses, que é ilustrado por exemplos de casos concretos vividos nos últimos anos pelo Jornalismo nacional. Tendo em consideração que, atualmente, o número de jornalistas com carteira profissional ascende aos cerca de 5600, o universo dos inquiridos pela autora da obra corresponde apenas a 1,7% da classe. Não se trata, portanto, de uma austeridade exaustiva. Reconheça-se, apesar de tudo, que houve a preocupação de diversificar esse pequeno universo, tentando ouvir respostas de profissionais de variados órgãos, de géneros e idades diferentes, e com categorias profissionais distintas. Se pode parecer abusivo considerar que, na génese desta obra, esteve a prévia preocupação de “ouvir a classe”, não deixa de ser relevante sublinhar

a diversidade profissional da amostragem: jornalistas novos e seniores, de televisões (pública e privadas), de agência, de imprensa escrita (jornais e revistas) e de rádio.

Por outro lado, como a autora explicita no primeiro dos cinco capítulos da obra, a ‘entrevista’ cingiu-se a apenas uma pergunta – “Quais os maiores constrangimentos à liberdade de imprensa que os jornalistas portugueses enfrentam hoje?” (p. 6) –, que se repete em cada final de capítulo, onde se apresentam excertos selecionados de respostas. Ora, também a formulação da questão merece um comentário, pois parece conter um problema formal, já que explicita uma posição irredutível da autora: a constatação de que existem, de facto, “constrangimentos à liberdade de imprensa”. Estas imprecisões metodológicas, pouco consentâneas com a metodologia mais ortodoxa da academia, adequam-se ao carácter polémico do livro, que pretende trazer ao espaço público um tema de urgente discussão. Aliás, quer o estilo, quer o tom do discurso são suficientemente reveladores do engajamento da autora nesta questão: mais do que um estudo,

uma análise ou um ensaio, este livro é um grito de alerta.

Não se inibindo nunca de exprimir subjetivamente a sua opinião, por vezes com recurso a um discurso marcadamente avaliativo e até hiperbólico – basta atentar nos títulos de certos capítulos –, Felisbela Lopes discrimina as principais pressões a que os jornalistas portugueses se sujeitam hoje em dia: económicas, organizacionais, políticas. Reserva, assim, os segundo e terceiro capítulos da obra àquelas que considera serem as principais ameaças que dominam a profissão: a pressão económica e a pressão das fontes. Recorrendo ao desenho do panorama mediático português, a autora defende que uma das grandes ameaças à liberdade de imprensa é precisamente o dinheiro, núcleo nevrálgico do novo ecossistema informativo. Trata-se, como é sabido, de uma questão que não é nova nem restrita a este domínio profissional: o neoliberalismo capitalista tem tido consequências similares em outros campos de atividade. Já em 2008, Manuel Pinto fez uma radiografia bastante bem circunstanciada das múltiplas crises que atravessam o campo jornalístico neste início de milénio, explicando como a

formação de grandes oligopólios mediáticos e a ditadura da rentabilização que preside à lógica de mercado tiveram consequências muito negativas para o Jornalismo (Pinto, 2008). Uma realidade que não se restringe a Portugal, como bem assinalaram diversos autores, também já há algum tempo: o conceito de hiperconcorrência, proposto pelos investigadores canadianos Jean Charron e Jean Bonville, é um neologismo eloquente para caracterizar o campo dos *media* como um terreno de disputa pela conquista de públicos (Charron e Bonville, 2004). Ora, a descrição socioeconómica da profissão, feita por Felisbela Lopes, com base na interpretação dos testemunhos escritos dos jornalistas auscultados, bem como no estudo dos oligopólios mediáticos nacionais, mostra como esta profissão é atualmente uma realidade fraturada: de um lado, a maximização dos lucros, perseguida pelos conglomerados mediáticos, do outro, o negro reverso que é precariedade laboral: “Eis o retrato real de um país em que os media correm permanentemente atrás do dinheiro, perdendo pelo caminho um bem essencial à democracia: a liberdade de imprensa. Hoje o cartão de crédito

substitui o lápis azul.” (p. 45). Acrescentamos nós que, apesar de tudo, no tempo do ‘lápis azul’, as ousadias dos jornalistas tinham um preço muito mais elevado do que hoje.

No capítulo seguinte, o terceiro, intitulado “Liberdade de imprensa em risco face à hegemonia das fontes do poder dominante”, a autora dedica-se a um outro desafio: a relação entre jornalistas e as fontes, hoje cada vez mais profissionais e dominadas pelas sofisticadas máquinas de assessoria e comunicação, frente às quais o poder dos jornalistas é diminuto. Descrevendo sucintamente as diversas teorias que estudam as relações entre fontes e jornalistas, a professora da Universidade do Minho parece advogar a via da negociação equilibrada, em que o jornalista consiga preservar a sua autonomia, na defesa do interesse público. Porém, o diagnóstico que traça é extremamente pessimista. Nele, o jornalista cede, tem medo, submete-se, não tem poder: “Hoje os jornalistas não se sentem livres diante das fontes de informação. Porque trazem consigo o peso dos constrangimentos económicos que sufocam os projetos editoriais onde trabalham, porque temem

as represálias dos interlocutores com mais poder” (p. 86).

Esta subalternização dos profissionais do jornalismo é analisada com mais detalhe no capítulo seguinte, em que se tomam de exemplo casos concretos da realidade mediática portuguesa, para ilustrar o modo como certos campos sociais concorrem, com seus discursos e práticas, para o controlo dos jornalistas. A justiça, a religião, os processos eleitorais e o futebol são, segundo Felisbela Lopes, quatro domínios sociais que maiores desafios representam ao jornalismo autónomo, sério e independente. Embora com lógicas organizacionais diversas e com estruturas de poder dissemelhantes, todos eles, a seu modo, constituem ameaças e desafios para a classe profissional. Tratando-se de áreas tão vastas e complexas, as questões aqui colocadas não são de todo aprofundadas, porém, sintetiza-se com suficiente desenvoltura os principais dilemas éticos e deontológicos que, nas suas rotinas quotidianas, os jornalistas enfrentam ao cobrir estas áreas da realidade social. Curiosamente, aquele que tem sido, na última década, considerado o grande desafio

para o Jornalismo – a revolução tecnológica da WEB – é apenas aflorado, em jeito de conclusão, neste capítulo quarto, não merecendo grande desenvolvimento, embora reapareça, no final da obra, como índice de oportunidade.

O panorama traçado nos quatro primeiros capítulos de *Jornalista profissão ameaçada* é extremamente disfórico e perturbador. Partindo do princípio de que este diagnóstico feito pela autora assenta no testemunho dos cem jornalistas inquiridos, percebe-se que a perceção dos jornalistas relativamente à sua profissão tem sofrido uma clara deterioração. De facto, em 2010, de acordo com inquérito feito pela Obercom, uma clara maioria dos inquiridos mostrava-se ‘algo otimista’ (47,1%) ou ‘muito otimista’ (7,9%) com o futuro do órgão de comunicação em que trabalhavam (Obercom, 2010). Mais: quando questionados sobre as principais ameaças ao seu desempenho profissional, os três principais fatores de perturbação diziam respeito i) ao declínio de consumo entre os jovens, ii) à falta de inovação editorial e iii) à entrada na era digital. Ora, a situação reportada por Felisbela Lopes, na presente obra, inverte a

ordem dos fatores, pois que claramente as ameaças económicas e políticas surgem agora como protagonistas, o que pode traduzir – e sublinhamos a modalização – um visível declínio das condições profissionais, no decurso dos últimos anos.

Apesar de tudo, a autora deixa para o final uma nota de alento: no seu quinto e último capítulo, ensaia um conjunto de “vias alternativas” para a construção de um futuro da profissão. Propõe, antes que tudo, uma via legislativa e reguladora, que modere os movimentos de concentração dos grupos mediáticos e, simultaneamente, promova o pluralismo; concomitantemente, apela a uma consciencialização, por parte das empresas, em relação às práticas deontológicas (embora não explique como se daria essa radical transformação num mundo fortemente dominado por lógicas concorrenciais e mercantis). A segunda via aposta na renovação do espaço público, em que os *media* noticiosos passem a dar voz a outros atores sociais, de proveniências diversificadas, quer geográficas, quer sociais, assegurando, assim, a pluralidade, a diversidade e a liberdade. Finalmente, o terceiro caminho, a

que poeticamente a autora chama “Por uma classe jornalística que reinvente o seu futuro”, aposta na criatividade, na inovação e na qualidade, encarando os desafios digitais como oportunidade e não como pressão (todavia, não se explicitam os termos dessa reinvenção).

Embora o perfil da profissão aqui traçado seja extremamente disfórico, demonstrando como, hoje, o Jornalismo é uma profissão cindida por crises várias, ameaçada por poderosas forças exógenas que fazem da atividade um campo instável e em risco, é importante que a obra termine com uma tentativa de superação dessa crise profissional. Mesmo que as propostas avançadas pela autora não tenham nem a solidez nem o nível de concretização que esperaríamos, não deixam de esboçar caminhos que nos permitem concluir que existe “outra via”. Também por isso, este livro deve ser lido quer por profissionais, quer por aspirantes a jornalistas. Sobretudo por estes, pois a mudança está no futuro.

Bibliografia

- Charron, J., & Bonville, J. (2004). Le Journalisme et le marché: de la concurrence à l'hiperconcurrency. In C. Brin, *et al. Nature et Transformation du Journalisme – Théories et recherches empiriques* (pp. 292-293). Laval: Les Presses Universitaires de Laval, .
- Obercom (2010). *Desafios do Jornalismo*. Lisboa: Obercom / CIES.
- Pinto, M. (2008). Digressão sobre a crise do jornalismo – entre definhamento e re-invenção. Texto da lição de síntese apresentada como requisito das Provas de Agregação no ramo de Ciências da Comunicação, Universidade do Minho.